



PLATFORM FOR INTERNATIONAL COOPERATION ON
UNDOCUMENTED MIGRANTS

PICUM TRIMESTRAL

Outubro - Dezembro 2016

[FRONTEIRAS](#)

[NAÇÕES UNIDAS](#)

[DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA](#)

[DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS](#)

[CUIDADOS DE SAÚDE](#)

[EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS](#)

[MULHERES INDOCUMENTADAS](#)

[CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS](#)

[DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO](#)

[EVENTOS](#)

FRONTEIRAS

FRANÇA / Campo de Calais desmantelado, centenas de crianças desaparecidas, erguido novo muro

As autoridades removeram os residentes do campo de migrantes em Calais, França, no final de outubro de 2016. Milhares de pessoas foram retiradas do campo improvisado, que se estimava alojar entre 6.000 a 8.000 pessoas. Muitos dos migrantes foram transferidos para outros campos, tal como o Grande-Synthe, ou para outras cidades, incluindo Paris. O Serviço de Refugiados para Jovens (Refugee Youth Service - RYS) monitorizou 386 crianças no Campo de Calais entre março a novembro de 2016, das quais 222 não puderam ser localizadas após a evacuação. O RYS também identificou questões tais como a falta de qualquer contato com os serviços estatais para muitas crianças. Desde a remoção do campo, está em curso a construção de um muro fronteiriço com um quilómetro de extensão e quatro metros de altura.

Fontes: [Die Welt](#), 29 de novembro de 2016; [The Huffington Post](#), 23 de novembro de 2016; [The Guardian](#), 5 de novembro de 2016; [New York Times](#), 3 de novembro de 2016

GLOBAL / Registadas mais de 7.200 mortes de migrantes em 2016

De acordo com o projeto 'Migrantes Desaparecidos' da Organização Internacional para as Migrações (OIM), entre 1 de janeiro a 19 de dezembro de 2016, um total de 7.277 migrantes e refugiados morreram ou continuam desaparecidos nas rotas migratórias mundiais. Este é o número mais elevado de sempre registado anualmente pela OIM. Representa uma média de 20 mortes por dia. Comparativamente, o número total de mortes de migrantes e refugiados registados em 2015 foi de 5.740. O número de mortes no Mediterrâneo representa mais de 60 por cento de todas as mortes de migrantes e refugiados no mundo. Para ver um mapa interativo do projeto 'Migrantes Desaparecidos' que mostra dados e números, clique [aqui](#).

NAÇÕES UNIDAS

ONU / Crianças e famílias nunca devem ser detidas para efeitos de migração

Em vésperas do Dia Internacional dos Migrantes, um grupo de peritos das Nações Unidas pediu o fim da detenção de migrantes para crianças e suas famílias. O grupo inclui o Relator Especial para os direitos humanos de migrantes, François Crépeau; o Presidente da Comissão para a Proteção dos Direitos Humanos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias, Jose S. Brillantes; o Presidente da Comissão para os Direitos Humanos da Criança, Benyam Dawit Mezmur e o Presidente do Grupo sobre a Detenção Arbitrária, Sètondji Roland Adjovi. A declaração enfatiza que, ao abrigo da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, os Estados não podem justificar a detenção de crianças migrantes por não estarem acompanhadas ou estarem separadas das suas famílias. Os Estados também não podem justificar a detenção de crianças no pressuposto de que os seus pais têm de ser detidos, sendo a única forma de manter a família unida. A declaração também revela que as crianças em detenção ficam com o sentimento de que estão a ser castigadas embora não tenham feito nada de errado e, que mesmo por períodos curtos, a detenção tem um efeito adverso e de longa-duração sobre o desenvolvimento da criança. A declaração completa está disponível [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

UE / Acordo prevê deportação de milhares de pessoas para o Afeganistão

Doadores Internacionais e o governo Afegão reuniram-se na [Conferência de Bruxelas sobre o Afeganistão](#), a 4 e 5 de outubro de 2016, comprometendo-se a financiar, em cerca de 14 biliões de euros, o país entre 2017-2020. Paralelamente, o governo Afegão e a UE assinaram um acordo [“Caminho Conjunto sobre questões migratórias entre o Afeganistão e a UE”](#), que inclui planos para deportar um grande número de nacionais afegãos para o Afeganistão. Conforme o acordo, o Afeganistão terá que aceitar um número ilimitado de deportados e a Frontex irá coordenar e organizar os voos de deportação conjuntos. Um grupo de mais de 25 organizações publicou uma [declaração](#) em resposta ao acordo, incitando os Membros do Parlamento Europeu (MPEs) a colocarem questões parlamentares concretas à Comissão Europeia acerca da implementação do plano, para desafiar a abordagem de que o controlo da migração se torne o objetivo principal nas relações da UE com países terceiros, e para analisar se tais acordos de readmissão bilateral seguem o devido procedimento.

Fontes: [NPR](#), 6 de outubro de 2016; [Al Jazeera](#), 5 de outubro de 2016; [The Guardian](#), 28 de setembro de 2016; [The Guardian](#) 3 de outubro de 2016

TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS / Acórdão do caso *Khlaifia e Outros vs. Itália*: violação do direito à liberdade e segurança, nenhum tratamento desumano ou degradante

A Grande Secção do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos proferiu o seu acórdão, a 15 de dezembro de 2016, do caso *Khlaifia e Outros vs. Itália*. O caso refere-se a três nacionais tunisinos que foram intercetados pela guarda costeira italiana, quando tentavam atravessar o Mar Mediterrâneo por barco, e levados para Lampedusa em setembro de 2011, onde permaneceram num centro de receção. Ao abrigo de um acordo bilateral concluído em abril de 2011, as autoridades italianas aplicaram um procedimento acelerado e deportaram os nacionais tunisinos para a Tunísia. A Grande Secção confirmou que a detenção dos requerentes foi ilegal: os requerentes foram detidos por meio de uma ação não prevista sob a lei italiana, e as suas detenções não podiam ser feitas de forma lícita sob o acordo bilateral com a Tunísia, porque os seus termos eram secretos e, portanto, não lhes podiam fornecer a clareza e a certeza necessária sobre as suas consequências. Consequentemente, as suas detenções foram uma violação do direito à liberdade e segurança (art.º 5.1), do direito a ser rapidamente informado sobre as razões da privação de liberdade (art.º 5.2), e do direito a uma decisão rápida sobre a legalidade da detenção (art.º 5.4). O tribunal determinou que não houve nenhuma violação do artigo 3º (proibição de tratamento desumano ou tratamento degradante) no que diz respeito às condições no centro de receção em Lampedusa. De acordo com relatórios, mais de 50.000

migrantes e refugiados estavam em Lampedusa na altura e os centros de receção estavam sobrelotados com condições de higiene inadequadas. Para ler o acórdão completo, clique [aqui](#).

Fontes: [Verfassungsblog](#), 16 de dezembro de 2016; Tribunal Europeu de Direitos Humanos, [Comunicado de Imprensa](#), 15 de dezembro de 2016; [Elena Weekly Legal Update](#), 16 de dezembro de 2016

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

FINLÂNDIA / Com milhares de pedidos de asilo a serem rejeitados, câmaras municipais e igrejas locais abrem abrigos noturnos a todos, independentemente do seu estatuto de residência

A câmara da cidade de Helsínquia concordou que os abrigos noturnos devem estar acessíveis a todos, independentemente do estatuto de residência na Finlândia. Um novo abrigo noturno com 30 camas foi aberto em Helsínquia. Uma iniciativa conjunta da Congregação Luterana de Helsínquia e do Instituto de Diaconisas de Helsínquia, o abrigo deverá servir pessoas, cujo pedido de asilo foi rejeitado, e os Roma. A igreja local da cidade de Pori irá também abrir as suas portas aos requerentes de asilo rejeitados e oferecer-lhes um lugar para dormir. Embora não haja números exactos de quantas pessoas residem na Finlândia de forma irregular, até novembro de 2016, cerca de 8.000 requerentes de asilo recorreram em tribunal após rejeição do seu primeiro pedido de asilo. Agora correm o risco de ficarem sem abrigo e sem apoio. Muitos dos requerentes de asilo rejeitados são do Iraque e não podem ser deportados porque a Finlândia e o Iraque não têm um acordo bilateral de retorno.

Fontes: [Helsingin Sanomat](#), 7 de novembro de 2016; [YLE](#), 11 de novembro de 2016; [Demokraatti](#), 17 de outubro de 2016; [YLE](#), 4 de novembro de 2016; [YLE](#), 26 de outubro de 2016; [YLE](#), 13 de outubro de 2016

ALEMANHA / ESTUDO / Avaliação da cobertura mediática dos incidentes na noite de Ano Novo em Colónia

No início de 2016, notícias sobre homens, muitos alegadamente de países do norte de África, que assediaram sexualmente mulheres em Colónia na noite da passagem de ano 2015/2016 fizeram manchetes internacionalmente. Apesar da extensa cobertura, havia poucas provas e factos sobre o caso e a identidade dos perpetradores. Um novo estudo, encomendado pelo Instituto Gunda-Werner para o Feminismo e Fundação Heinrich-Böll para Democracia de Género (Gunda-Werner-Institut für Feminismus und Geschlechterdemokratie der Heinrich-Böll-Stiftung), publicado em novembro de 2016, avalia a cobertura dos média sobre o incidente e a influência que essa cobertura teve na percepção pública e na formulação de políticas. O estudo centra-se em boletins de notícias das emissoras públicas alemãs ARD e ZDF, analisando cerca de cem boletins. O estudo mostra que os perpetradores eram principalmente referidos como 'refugiados', 'requerentes de asilo', 'estrangeiros' ou 'migrantes' mesmo antes de alguém ter sido formalmente identificado. O estudo conclui que o assédio sexual não foi discutido nos média como sendo um problema estrutural, mas sim como algo ligado à origem e à nacionalidade. A perspectiva das vítimas de assédio foi quase inteiramente deixada de fora dos boletins noticiosos. Além disso, a reportagem influenciou um debate político sobre legislação mais restrita em matéria de migração, e quais são países que devem ser considerados 'países de origem seguros' para onde as pessoas podem ser deportadas, incluindo países do norte de África. O estudo completo (em alemão) pode ser descarregado [aqui](#). Um resumo em inglês está disponível [aqui](#).

EUA / Na sequência da eleição de Donald Trump, mobilizações e protestos em massa, a par do esperado crescimento da indústria de detenção privada

Após a eleição de 8 de novembro de 2016, que elegeu Donald Trump como próximo Presidente dos Estados Unidos, funcionários municipais, estudantes, apoiantes dos direitos dos migrantes e os próprios migrantes mobilizaram-se para proteger os direitos dos migrantes não documentados. Como exemplo, o presidente da câmara de Chicago, Rahm Emanuel, disse que a sua cidade permanecerá

uma “cidade santuário”. Ele iniciou uma carta conjunta assinada por presidentes da câmara de 14 outras cidades dos EUA pedindo ao Presidente eleito Donald Trump para continuar a “Ação Deferida para as Chegadas de Crianças” (“Deferred Action for Childhood Arrivals” - DACA). Esta política foi lançada em 2012 pela administração Obama para proteger de deportação os jovens indocumentados que cheguem antes de completar os seus 16 anos. Donald Trump afirmou a sua intenção de dismantelar a DACA. Os estudantes de várias faculdades dos EUA protestaram, tentando convencer as suas universidades a proteger os estudantes em situação irregular. Mais de setenta reitores e outros líderes de educação superior católica publicaram uma carta conjunta, a 30 de novembro, pedindo proteção aos estudantes que cumprem os critérios da política DACA. Donald Trump afirmou que irá prosseguir com os seus planos para deter e deportar os migrantes indocumentados que detêm antecedentes criminais, após tomar posse no início de 2017. No dia após a eleição, as empresas que operam centros de detenção de migração com fins lucrativos registaram um [aumento significativo na bolsa](#).

Fontes: [Slate](#), 20 de novembro de 2016; [Washington Post](#), 16 de novembro de 2016; [Washington Post](#), 30 de novembro de 2016; [Fusion](#), 11 de novembro de 2016; [Bloomberg](#), 18 de novembro de 2016; [NBC](#), 7 de dezembro de 2016

CUIDADOS DE SAÚDE

REINO UNIDO / Mulheres grávidas podem ser obrigadas a mostrar o passaporte no hospital antes de darem à luz

De acordo com os planos que estão a ser considerados por um hospital de Londres, as mulheres grávidas deverão mostrar um documento de identificação para provar que têm direito a tratamento no Serviço Nacional de Saúde (National Health Service - NHS). Os controlos visam combater o alegado ‘turismo de saúde’. De acordo com o Fundo da Fundação do NHS dos Hospitais da Universidade de São Jorge (St George's University Hospitals NHS Foundation Trust), que fez a proposta, os custos para o tratamento de pacientes não elegíveis podem rondar os £4m-£5m (€4.7m – €5.8m) por ano se não forem tomadas medidas. Cathy Warwick, do Colégio Real das Parteiras (Royal College of Midwives), afirmou que, de acordo com a lei, os cuidados médicos têm de ser oferecidos às mulheres em trabalho de parto, independentemente do seu estatuto de migração. O líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, afirmou que o combate proposto ao alegado ‘turismo de saúde’ distrai da crise de financiamento efetiva no serviço de saúde. Corbyn afirmou que, em vez de procurar bodes expiatórios, o governo deveria assegurar que a saúde e a assistência social estejam devidamente garantidas e adequadamente financiadas.

Fontes: [The Guardian](#), 23 de novembro de 2016; [BBC](#), 11 de outubro de 2016

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

GLOBAL / Protocolo da OIT sobre Trabalho Forçado entra em vigor

O [Protocolo sobre Trabalho Forçado](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) entrou em vigor a 9 de novembro de 2016. A Conferência Internacional do Trabalho votou a favor da adopção de um protocolo e de uma Recomendação que suplementam a Convenção sobre o Trabalho Forçado, 1930 (nº. 29). O novo Protocolo estabelece as obrigações para prevenir o trabalho forçado, proteger as vítimas e fornecer-lhes acesso a soluções, e sublinha a ligação entre trabalho forçado e o tráfico de pessoas. Em consonância com a Convenção sobre o Trabalho Forçado, o Protocolo também reafirma a importância de processar os perpetradores de trabalho forçado e acabar com a sua impunidade. A Recomendação fornece orientações e diretrizes para implementar essas obrigações. Isto inclui a garantia de que as leis laborais se aplicam a todos os trabalhadores em todos os sectores. O Protocolo foi ratificado até agora pela Argentina, República Checa, Estónia, França, Mali, Mauritânia, Níger, Noruega, Panamá e Reino Unido (não estando ainda em vigor em todos os países). A OIT, em conjunto com a Confederação Sindical Internacional (International Trade Union Confederation) e a Organização

Internacional de Empregadores (International Organization of Employers), está a promover uma campanha com o mote '[50 pela liberdade](#)' com o objectivo de convencer pelo menos 50 países a ratificar o Protocolo sobre o Trabalho Forçado até 2018. Para mais informações, pode consultar um resumo da OIT sobre o Protocolo [aqui](#).

RELATÓRIO / Sindicatos apoiam trabalhadores irregulares

Por ocasião do Dia Internacional dos Migrantes, a 18 de dezembro de 2016, a Confederação Europeia dos Sindicatos e a sua rede "UnionMigrantNet" publicaram o relatório "Defender os Migrantes Indocumentados" ("Defending Undocumented Migrants"), que enfatiza os direitos de todos os trabalhadores independentemente do seu estatuto de residência. O relatório explica a situação dos trabalhadores em situação irregular e a necessidade de uma 'barreira de segurança', uma clara separação entre a aplicação da lei de imigração e os serviços públicos. O relatório propõe também a criação de canais mais regulares para os trabalhadores migrantes, garantir o direito dos trabalhadores migrantes em mudar de empregador e mecanismos de reclamação para que todos os trabalhadores possam fazer valer os seus direitos laborais. Para aceder ao relatório em inglês e francês, clique [aqui](#).

MULHERES INDOCUMENTADAS

CAMPANHA / Pedido para assegurar acesso a serviços e justiça para todas as mulheres sobreviventes de violência

A caminho do Dia Internacional dos Migrantes, a Plataforma Internacional de Cooperação para os Migrantes Indocumentados (PICUM) e a rede Mulheres Contra a Violência Europa (WAVE) lançaram, em parceria, uma campanha para promover o acesso aos serviços de todas as mulheres sobreviventes de violência, independentemente do seu estatuto migratório. No contexto da campanha '[Step Up!](#)' da WAVE, o foco nas mulheres migrantes em situação irregular e nas mulheres com um estatuto de migração precária destaca princípios-chave para assegurar protecção igual a todas as sobreviventes: que os direitos das mulheres, como direitos humanos, se aplicam a todas as mulheres; que a protecção e segurança devem vir em primeiro lugar; e que as práticas discriminatórias devem ser desafiadas. Prestadores de serviços como abrigos, equipas médicas e assessores jurídicos, governos locais, regionais e nacionais, organizações da sociedade civil, activistas pelos direitos das mulheres e membros do público são incentivados a comprometerem-se com estes princípios ao assinar um juramento. Para ver o juramento e para descobrir mais sobre a campanha, clique [aqui](#).

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS

FOLHETO / Crianças e jovens indocumentadas partilham as suas histórias

Em vésperas do Dia Universal da Criança em novembro de 2016, a Plataforma para a Cooperação Internacional sobre Migrantes Indocumentados (PICUM) publicou um folheto com uma coleção de testemunhos intitulada "Ouça as nossas vozes. Crianças e jovens indocumentados partilham as suas histórias" ("Hear our voices. Undocumented Children and young people share their stories"). Reunindo uma série de histórias individuais e testemunhos em diferentes formatos, de toda a Europa, o folheto apresenta perspectivas pessoais sobre alguns dos impactos insidiosos que as medidas de controlo migratório podem ter sobre o bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens. Também dá uma plataforma para suas vozes e resiliência. O folheto está disponível em [inglês](#), [francês](#) e [espanhol](#).

UE / Fórum da Criança foca na migração

O 10º Fórum Europeu dos Direitos da Criança, realizado entre 29 a 30 de novembro de 2016 em Bruxelas, centrou-se nas crianças migrantes. O Fórum reuniu 310 peritos dos 28 Estados-Membros da UE, da Noruega e da Islândia. Os participantes debateram os desafios, oportunidades e práticas promissoras na protecção de todas as crianças nacionais de países terceiros que chegam e estão na

UE. As discussões foram fundamentadas num [documento de contexto geral](#) e em [documentos sobre temas específicos para as quatro sessões paralelas de maior profundidade](#), bem como os [10 princípios para sistemas integrados de proteção da criança](#), em torno de quatro grandes temas: identificação e proteção, receção, acesso aos procedimentos de asilo e salvaguardas processuais, e soluções duradouras. Um grupo de cerca de 80 organizações activas no domínio dos direitos da criança publicou uma declaração conjunta antes do Fórum, a 29 de novembro de 2016, manifestando a sua preocupação de que a falha em não priorizar a proteção das crianças coloca mais crianças em risco. As organizações enumeram sete ações prioritárias para proteger todas as crianças migrantes e refugiadas. Para ler a declaração conjunta e as sete ações prioritárias, clique [aqui](#). Os vídeos do Fórum sobre os Direitos da Criança estão disponíveis [aqui](#).

Fonte: [EU Observer](#), 30 de novembro de 2016

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

REPÚBLICA CHECA / RELATÓRIO / Migrantes pagam pela detenção e crianças são detidas

O Projecto Global de Detenção (Global Detention Project) emitiu um relatório sobre práticas e legislação de detenção de migrantes na República Checa. A República Checa opôs-se veementemente às quotas de refugiados propostas pela Comissão Europeia. Em sequência do aumento do número de refugiados e migrantes que passam pelo país, as autoridades tentaram dissuadi-los aumentando o número de detenções de migrantes. O país tem sido criticado por fazer com que os migrantes paguem pela sua detenção e por deterem crianças com idades até 15 anos junto com adultos. Para ler o relatório, clique [aqui](#).

Fonte: [UN News Center](#), 22 de outubro de 2015

FRANÇA / RELATÓRIO / Análise do estado atual dos centros de detenção de migrantes nas áreas de chegada

Em um relatório publicado em novembro de 2016, a Associação Nacional de Assistência a Estrangeiros nas Fronteiras (National Association for Assistance to Foreigners at the Borders - ANAFE) fornece uma análise do estado atual dos centros de detenção para migrantes nas áreas de chegada. Embora as normas internacionais e regionais exijam que a detenção seja usada como último recurso e pelo menor tempo possível, a detenção é muitas vezes efetuada sem fiscalização judicial ou acesso a assistência jurídica ou cuidados de saúde. Os centros de detenção perto das zonas fronteiriças foram considerados não transparentes quanto às suas condições e procedimentos. O relatório descreve em detalhe as condições de vários centros de detenção nas áreas de chegada, incluindo a detenção de crianças. A ANAFE é uma das poucas organizações autorizadas a aceder aos centros e o relatório destaca falhas e violações dos direitos testemunhados pela associação. Para ler o relatório completo, clique [aqui](#).

GRÉCIA / RELATÓRIO / Detenção sistemática e prolongada, incluindo detenção de crianças

Um relatório da organização grega Aitima, intitulado "Esquecidos. Migrantes irregulares e requerentes de asilo detidos administrativamente" ("Forgotten. Administratively detained irregular migrants and asylum seekers"), publicado a 10 de outubro de 2016, conclui que os migrantes, incluindo crianças, são sistematicamente detidos por períodos prolongados. O relatório também afirma que as instalações não são mantidas de forma adequada, que há falta de acesso a cuidados de saúde e assistência jurídica gratuita e que o sistema de detenção não está em conformidade com as normas internacionais. As recomendações às autoridades gregas, ao Ministério do Interior grego e à Comissão Europeia incluem, entre outras, para a Comissão Europeia melhorar o controlo da aplicação da legislação no domínio da detenção administrativa; para pôr termo à detenção de crianças; para fornecer informação aos migrantes detidos sobre o seu estatuto e situação, e para avaliar individualmente todos os casos de migrantes detidos e identificar vulnerabilidades. Para descarregar o relatório, clique [aqui](#).

LÍBIA / ONU / Graves violações de direitos humanos contra migrantes na Líbia

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em conjunto com a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UN Support Mission in Libya - UNSML) publicaram, a 13 de dezembro de 2016, o relatório "'Detidos e Desumanizados' Relatório sobre abusos de direitos humanos contra migrantes na Líbia" ("Detained and Dehumanised' Report on human rights abuses against migrants in Libya"). O relatório destaca como o colapso no sistema de justiça líbio levou a um estado de impunidade em que os migrantes estão sujeitos a graves violações de direitos humanos e abusos. De acordo com Martin Kobler, Representante Especial do Secretário-Geral para a Líbia e Chefe da UNSMIL, as pessoas contrabandeadas ou traficadas para a Líbia enfrentam tortura, trabalho forçado e exploração sexual ao longo do trajeto, muitas delas enquanto mantidas em detenção arbitrária. As recomendações às autoridades líbias incluem o fim da detenção arbitrária de todos os migrantes e a libertação imediata, em particular, de grupos vulneráveis, como mulheres grávidas, crianças, pessoas com problemas de saúde e deficiências; proteger as pessoas detidas contra assassinatos, violações e exploração sexual e melhorar de imediato as condições de detenção e, especificamente, fornecer alimentos, cuidados médicos, água e saneamento adequados e garantir o pleno respeito pelo princípio da não repulsão e pela proibição de expulsões coletivas e arbitrárias. As recomendações aos países de destino incluem a descriminalização da migração irregular e garantir que os migrantes possam efetivamente ter acesso à justiça e à proteção dos direitos humanos. Para ler o relatório completo, clique [aqui](#).

RESUMO DE POLÍTICA / Riscos de pós-deportação

Um resumo de política do Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais (Danish Institute for International Studies - DIIS), de autoria de Maybritt Jill Alpes, Investigadora de Pós-Doutoramento da Universidade VU de Amesterdão e Ninna Nyberg Sørensen, Investigadora Sênior do DIIS, publicado em novembro de 2016, analisa os riscos após as deportações. O resumo de política divide esses riscos em três grupos: riscos económicos e psicossociais, inseguranças nas mãos de agentes do Estado e tratamento desumano e degradante. O resumo fornece uma visão geral dos riscos que ocorrem frequentemente em países individuais aos quais os migrantes são deportados. O resumo de política recomenda que haja um monitoramento efetivo das deportações; uma implementação de mecanismos de reclamação e de assistência jurídica para os apelos fora do país; e que acordos, que incluam cláusulas de readmissão, devem ser negociados com a participação de deputados parlamentares e da sociedade civil e tornados públicos. Para ler o resumo de política completo, clique [aqui](#).

EVENTOS

GLOBAL / Participação da sociedade civil no Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento

O 9º Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento (Global Forum on Migration and Development - GFMD) realizou-se em Dhaka, Bangladesh, entre 10 a 12 de dezembro de 2016. Os Dias da Sociedade Civil tiveram lugar entre 8 a 9 de dezembro e reuniram 200 delegados da sociedade civil provenientes de mais de 50 países. A discussão resultou num [relatório](#) apresentado no Espaço Comum, em que estiveram presentes delegados da sociedade civil e do governo, a 10 de dezembro. O relatório realça a necessidade de capacitar os trabalhadores migrantes, inclusivamente através de um mecanismo eficaz de reclamações e acesso à justiça por violações dos direitos laborais. Afirma que as políticas de dissuasão e de controlo migratório são muitas vezes ineficazes e privam os indivíduos dos seus direitos humanos fundamentais; e aborda a crescente xenofobia, apelando, entre outros, ao diálogo e apoio às cidades e às autoridades locais como primeiros a responder à migração. Nota que o Pacto Global sobre a migração deve ter efeitos práticos no terreno, melhorando a vida, as oportunidades e o respeito pelos direitos humanos de todos os migrantes. Para mais informação sobre os Dias da Sociedade Civil, clique [aqui](#). Para assistir ao vídeo da cerimónia de abertura do GFMD, clique [aqui](#). Para ler relatórios, declarações e discursos do Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento, clique [aqui](#).